

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

EIXO VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2021

1 - DADOS DO FUNDO ESTADUAL OU DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Unidade Federativa - Piauí

Lei de criação do Fundo Estadual - Lei Estadual 7.156 de 2 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 26 de novembro de 2018 página 02

CNPJ do Fundo Estadual ou Distrital - 32.925.161/0001-82

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública:

Nome - Rubens da Silva Pereira

Cargo – Secretário Estadual de Segurança Pública

CPF - 641.770.929-91

Contato: 86 9946-32236; gabinetessppi@gmail.com

Dados do responsável pela gestão do Fundo Estadual de Segurança Pública:

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública:

Nome - Rubens da Silva Pereira

Cargo – Secretário Estadual de Segurança Pública

CPF - 641.770.929-91

Contato: 86 9946-32236; gabinetessppi@gmail.com

Contatos da equipe responsável pela elaboração do Plano de Aplicação:

Nome – Martinho Rodrigues de Vasconcelos Neto

Cargo – Gerente de Gestão do SUSP

CPF - 88318389387

Contato: 86 981653180; martinhovneto@gmail.com

2 - EIXO DE FINANCIAMENTO E RECURSO DESTINADO

Nome do Eixo Financiável: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Valores

Investimento: R\$ 2.738.088,81

Custeio: R\$ 2.738.088,81

Valor Total: R\$ 5.476.177,66

4 - METAS GERAIS PLANEJADAS

META GERAL 1: SAÚDE

Valor Total da Meta: R\$ 2.738.088,85

AÇÃO 1 (META1): Consultas de Saúde em instituição Credenciada - PM PI- VALOR DA AÇÃO 1:
R\$ 912.696,27

AÇÃO 2 (META1): Consultas de Saúde em instituição Credenciada - PC PI VALOR DA AÇÃO 2:
R\$ 912.696,27

AÇÃO 3 (META1): Consultas de Saúde em instituição Credenciada - CB PI VALOR DA AÇÃO 3:
R\$ 912.696,27

META GERAL 2: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

AÇÃO 1 (META2): Reequipagem da ACADEPOL/PI (Academia de Polícia Civil do Estado do Piauí), por meio da aquisição de ares-condicionados e mobiliários - VALOR DA AÇÃO 1 R\$ 1.369.044,405

AÇÃO 2 (META2): Reequipagem do CEP/PI (Centro de Educação e Pesquisa PM PI), por meio da aquisição de ares-condicionados e mobiliários - VALOR DA AÇÃO 1 R\$ 1.369.044,405

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DAS AÇÕES

5.1 - AÇÃO 1 (META1): Consultas de Saúde em instituição Credenciada – PM-PI

Contextualização do problema: No âmbito da saúde, os militares das forças armadas seguem modelos da medicina militar, com serviços hospitalares e previdência própria. Já entre os policiais, não há um modelo uniforme de assistência à saúde, existindo variações de acordo com o estado e a categoria policial. Contudo, importa ressaltar que esses servidores possuem regimentos próprios sobre a saúde ocupacional, que diferem dos modelos de saúde ocupacional (como da Organização Internacional do Trabalho - OIT) e da perspectiva da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição da República Federativa do Brasil, nos seus artigos 142 e 144, apresenta as funções, organização e limites constitucionais das instituições públicas responsáveis por exercer a preservação

da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e da nação. Desse modo, relaciona, entre as instituições que fazem parte dos órgãos de segurança pública no Brasil, as polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros. À Polícia Federal cabe apurar as infrações penais de interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, de repercussão interestadual ou internacional; à Rodoviária Federal, o patrulhamento ostensivo das rodovias federais; à Civil, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais; à Militar, o patrulhamento ostensivo e a preservação da ordem pública; ao Corpo de Bombeiros Militar, além das atribuições definidas na Constituição, está a execução de atividades de defesa civil. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são forças auxiliares e de reserva do Exército, de configuração hierarquizada e subordinada, e, juntamente à Polícia Civil, subordinadas aos governadores dos estados.

Conforme Lucilio Linhares Perdigão de Moraes As polícias, e seus policiais, lidam com a os rechaçados do sistema social (CRUZ, 2005), aqueles que os normais (GOFFMAN, 1975) esperam que sejam mantidos pelo Estado fora de seu contato. O policial é o responsável pela manutenção da paz social, nem que para isto tenha que usar da força. Ser policial é, sobretudo, manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela, uma vez que o serviço, dada a sua condição e o fato de ser imprescindível, carece de determinadas representações (GOFFMAN, 1985) para que possa ser executado. Espera-se que o indivíduo que lida com estas funções se trate de um verdadeiro super homem (SOARES; MUSUMECI, 2005), um guerreiro bravo, com força física e aptidão para o risco.

Desta feita, a valorização do profissional de segurança pública passa pela manutenção da autopercepção de saúde e saúde efetiva, seja na prevenção em saúde, que descomprime a atuação do sistema de saúde público, seja na correção.

Neste diapasão se apresenta necessária a atenção da saúde físico mental do profissional de saúde por meio de atendimento facilitado a prevenção e correção de sua saúde física e mental.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

De arranque é necessário deixar claro que o FESP destinou recursos para a reestruturação dos setores de Fisioterapia e Oftalmologia do HPM/PI, entretanto não se trata de duplo financiamento do mesmo projeto.

A intenção do presente é não só oferecer serviços ambulatoriais e hospitalares em um local único, mas sim um atendimento capilarizado no interior do estado, em cidades polo em uma primeira fase e independente da rede existente no HPM.

Em um mapeamento, verificou-se que existem uma série de hospitais escolas que possuem equipamentos e equipe de atendimento dispostas a atenderem os profissionais de segurança pública (serviço já existente para a comunidade em geral) por um custo baixo, já que estas instituições não se prestam a exercer atividades com fins lucrativos. Os serviços são de fisioterapia, tais como fisioterapia em piscina aquecida e com acessibilidade para cadeirante (com rampa de acesso), de odontologia em suas diversas especialidades, de consultas de psiquiatras, de procedimentos ortopédicos ambulatoriais, de atendimento psicológico, dentre outros voltados a saúde físico mental.

Some-se a recente auditoria do TCE/PI, que diagnosticou a necessidade de uma ampla rede de atenção em saúde biopsicossocial ao profissional de segurança pública, entendendo que a rede estadual de saúde se revela inadequada e morosa no atendimento, cria-se alternativas ambulatoriais ao profissional.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 1 – Saúde e Valorização do(a) profissional de segurança pública e defesa social, Projeto 1 – acesso e manutenção à saúde e Projeto 2 - Estruturação da Carreira dos Profissionais de Segurança Pública

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

O atendimento do profissional de segurança pública é deficitário no Estado do Piauí, se possui apenas um hospital “especializado” e unicamente para a Polícia Militar, soma-se à rede do Convênio estadual de Saúde PLAMTA (Plano Médico de Tratamento e Assistência) dos servidores em geral enfrenta grandes dificuldades estruturais, especialmente em decorrência de deficiência financeira, o que gera desestruturação tecnológica e incompatibilidade com a demanda de consumidores. A evolução da medicina unida ao encarecimento dos materiais, além da inadimplência dos associados, torna difícil a manutenção do Plano em proveito adequadamente satisfatório do consumidor. Desta forma uma alternativa a já saturadas redes estadual se torna imprescindível para que o profissional de segurança mantenha sua saúde físico mental de forma adequada e consistente.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Será aberto um credenciamento público de entidades sem fins lucrativos que prestam serviços de atenção biopsicossocial e não tenham fins lucrativos, intentando-se abranger a maior quantidade de regiões do Estado do Piauí. Após o credenciamento o operador de segurança pública poderá requisitar guias de atendimento para consultas dentre as especialidades contratadas, podendo posteriormente se dirigir às instituições credenciadas e estas realizarão os atendimentos e emitirão relatório mensal de utilização dos serviços.

A estratégia de atuação, dessa forma, propõe uma expansão gradual da estrutura de atenção à saúde do servidor.

Impactos esperados:

- aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- integração sistêmica das unidades de saúde das instituições de segurança pública, na mesma base territorial;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;

- do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
- dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
- do gasto público em saúde, decorrente da violência;
- da vitimização dos profissionais de segurança pública;
- do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Com ampliação da rede de atendimento médico de atenção à saúde física mental do profissional de segurança pública do Piauí, espera-se permitir um aumento da cobertura nos atendimentos em áreas como: fisioterapia, psicologia, ortopedia, odontologia e psiquiatria. Permitindo assim, maior capilaridade para os atendimentos descentralizados, facilitando o acesso aos serviços de consultas e diagnósticos a todos os profissionais de segurança pública do Estado.

Formas de mensuração:

Relatório do número de profissionais atendidos em cada instituição credenciada, separados pela especialidades dos atendimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: ATENÇÃO A SAÚDE	
AÇÃO 1 (META1): Consultas de Saúde em instituição Credenciada - PM PI- VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 912.696,27	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	Polícia Militar do Piauí
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento:
	Custeio: R\$ 912.696,27
Metas Específicas	Contratação de serviços nas área de: <ul style="list-style-type: none"> - Psicologia - Psiquiatria - Fisioterapia - Odontologia - Ortopedia

Indicadores		Número de Instituições Credenciadas por cidade.			
		Número de consultas realizadas x número de guias emitidas.			
Resultados Esperados		Aumentar a cobertura dos atendimentos dos profissionais de segurança pública nas áreas de fisioterapia, psicologia, ortopedia, odontologia e psiquiatria.			
Formas de Mensuração		Relatório do número de profissionais atendidos em cada instituição credenciada, separados pela especialidades dos atendimentos. Relatório do número de guias emitidas, por especialidades dos atendimentos.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjucações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Serviço
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento
2º Semestre de 2023					
Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento / Prestação de Contas

5.2 - AÇÃO 2 (META1): Consultas de Saúde em instituição Credenciada – PC-PI

Contextualização do problema: No âmbito da saúde, os militares das forças armadas seguem modelos da medicina militar, com serviços hospitalares e previdência própria. Já entre os policiais, não há um modelo uniforme de assistência à saúde, existindo variações de acordo com o estado e a categoria policial. Contudo, importa ressaltar que esses servidores possuem regimentos próprios sobre a saúde ocupacional, que diferem dos modelos de saúde ocupacional (como da Organização Internacional do Trabalho - OIT) e da perspectiva da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição da República Federativa do Brasil, nos seus artigos 142 e 144, apresenta as funções, organização e limites constitucionais das instituições públicas responsáveis por exercer a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e da nação. Desse modo, relaciona, entre as instituições que fazem parte dos órgãos de segurança pública no Brasil, as polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros. À Polícia Federal cabe

apurar as infrações penais de interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, de repercussão interestadual ou internacional; à Rodoviária Federal, o patrulhamento ostensivo das rodovias federais; à Civil, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais; à Militar, o patrulhamento ostensivo e a preservação da ordem pública; ao Corpo de Bombeiros Militar, além das atribuições definidas na Constituição, está a execução de atividades de defesa civil. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são forças auxiliares e de reserva do Exército, de configuração hierarquizada e subordinada, e, juntamente à Polícia Civil, subordinadas aos governadores dos estados.

Conforme Lucilio Linhares Perdigão de Moraes As polícias, e seus policiais, lidam com a os rechaçados do sistema social (CRUZ, 2005), aqueles que os normais (GOFFMAN, 1975) esperam que sejam mantidos pelo Estado fora de seu contato. O policial é o responsável pela manutenção da paz social, nem que para isto tenha que usar da força. Ser policial é, sobretudo, manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela, uma vez que o serviço, dada a sua condição e o fato de ser imprescindível, carece de determinadas representações (GOFFMAN, 1985) para que possa ser executado. Espera-se que o indivíduo que lida com estas funções se trate de um verdadeiro super homem (SOARES; MUSUMECI, 2005), um guerreiro bravo, com força física e aptidão para o risco.

Desta feita, a valorização do profissional de segurança pública passa pela manutenção da autopercepção de saúde e saúde efetiva, seja na prevenção em saúde, que descomprime a atuação do sistema de saúde público, seja na correção.

Neste diapasão se apresenta necessária a atenção total de saúde e biopsicossocial do profissional de saúde por meio de atendimento facilitado a prevenção e correção de sua saúde física e mental.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

De arranque é necessário deixar claro que o FESP destinou recursos para a reestruturação dos setores de Fisioterapia e Oftalmologia do HPM/PI, entretanto não se trata de duplo financiamento do mesmo projeto.

A intenção do presente é não só oferecer serviços ambulatoriais e hospitalares em um local único, mas sim um atendimento capilarizado no interior do estado, em cidades polo em uma primeira fase e independente da rede existente no HPM.

Em um mapeamento, verificou-se que existem uma série de hospitais escolas que possuem equipamentos e equipe de atendimento dispostas a atenderem os profissionais de segurança pública (serviço já existente para a comunidade em geral) por um custo baixo, já que estas instituições não se prestam a exercer atividades com fins lucrativos. Os serviços são de fisioterapia, tais como fisioterapia em piscina aquecida e com acessibilidade para cadeirante (com rampa de acesso), de odontologia em suas diversas especialidades, de consultas de psiquiatras, de procedimentos ortopédicos ambulatoriais, de atendimento psicológico, dentre outros voltados a saúde físico mental.

Some-se a recente auditoria do TCE/PI, que diagnosticou a necessidade de uma ampla rede de atenção em saúde biopsicossocial ao profissional de segurança pública, entendendo que a rede estadual de

saúde se revela inadequada e morosa no atendimento, cria-se alternativas ambulatoriais ao profissional.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 1 – Saúde e Valorização do(a) profissional de segurança pública e defesa social, Projeto 1 – acesso e manutenção à saúde e Projeto 2 - Estruturação da Carreira dos Profissionais de Segurança Pública

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

O atendimento do profissional de segurança pública é deficitário no Estado do Piauí, se possui apenas um hospital “especializado” e unicamente para a Polícia Militar, soma-se à rede do Convênio estadual de Saúde PLAMTA (Plano Médico de Tratamento e Assistência) dos servidores em geral enfrenta grandes dificuldades estruturais, especialmente em decorrência de deficiência financeira, o que gera desestruturação tecnológica e incompatibilidade com a demanda de consumidores. A evolução da medicina unida ao encarecimento dos materiais, além da inadimplência dos associados, torna difícil a manutenção do Plano em proveito adequadamente satisfatório do consumidor. Desta forma uma alternativa a já saturadas redes estadual se torna imprescindível para que o profissional de segurança mantenha sua saúde físico mental de forma adequada e consistente.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Será aberto um credenciamento público de entidades sem fins lucrativos que prestam serviços de atenção biopsicossocial e não tenham fins lucrativos, intentando-se abranger a maior quantidade de regiões do Estado do Piauí. Após o credenciamento o operador de segurança pública poderá requisitar guias de atendimento para consultas dentre as especialidades contratadas, podendo posteriormente se dirigir às instituições credenciadas e estas realizarão os atendimentos e emitirão relatório mensal de utilização dos serviços.

A estratégia de atuação, dessa forma, propõe uma expansão gradual da estrutura de atenção à saúde do servidor.

Impactos esperados:

- aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- integração sistêmica das unidades de saúde das instituições de segurança pública, na mesma base territorial;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;

- do gasto público em saúde, decorrente da violência;
- da vitimização dos profissionais de segurança pública;
- do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Com ampliação da rede de atendimento médico de atenção à saúde física mental do profissional de segurança pública do Piauí, espera-se permitir um aumento da cobertura nos atendimentos em áreas como: fisioterapia, psicologia, ortopedia, odontologia e psiquiatria. Permitindo assim, maior capilaridade para os atendimentos descentralizados, facilitando o acesso aos serviços de consultas e diagnósticos a todos os profissionais de segurança pública do Estado.

Formas de mensuração:

Relatório do número de profissionais atendidos em cada instituição credenciada, separados pela especialidades dos atendimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: ATENÇÃO A SAÚDE	
AÇÃO 2 (META1): Consultas de Saúde em instituição Credenciada - PC PI VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 912.696,27	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	Polícia Civil
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: Custeio: R\$ 912.696,27
Metas Específicas	Contratação de serviços nas área de: - Psicologia - Psiquiatria - Fisioterapia - Odontologia - Ortopedia
Indicadores	Número de consultas realizadas x números de guias emitidas.

Resultados Esperados		Aumentar a cobertura dos atendimentos dos profissionais de segurança pública nas áreas de fisioterapia, psicologia, ortopedia, odontologia e psiquiatria.			
Formas de Mensuração		Relatório do número de profissionais atendidos em cada instituição credenciada, separados pela especialidades dos atendimentos. Relatório do número de guias emitidas, por especialidades dos atendimentos.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Serviço
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento
2º Semestre de 2023					
Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento / Prestação de Contas

5.3 - AÇÃO 3 (META1): Consultas de Saúde em instituição Credenciada – CBM-PI

Contextualização do problema: No âmbito da saúde, os militares das forças armadas seguem modelos da medicina militar, com serviços hospitalares e previdência própria. Já entre os policiais, não há um modelo uniforme de assistência à saúde, existindo variações de acordo com o estado e a categoria policial. Contudo, importa ressaltar que esses servidores possuem regimentos próprios sobre a saúde ocupacional, que diferem dos modelos de saúde ocupacional (como da Organização Internacional do Trabalho - OIT) e da perspectiva da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição da República Federativa do Brasil, nos seus artigos 142 e 144, apresenta as funções, organização e limites constitucionais das instituições públicas responsáveis por exercer a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e da nação. Desse modo, relaciona, entre as instituições que fazem parte dos órgãos de segurança pública no Brasil, as polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros. À Polícia Federal cabe apurar as infrações penais de interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, de repercussão interestadual ou internacional; à Rodoviária Federal, o patrulhamento ostensivo das rodovias federais; à Civil, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais; à Militar, o patrulhamento ostensivo e a preservação da ordem pública; ao Corpo de Bombeiros

Militar, além das atribuições definidas na Constituição, está a execução de atividades de defesa civil. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são forças auxiliares e de reserva do Exército, de configuração hierarquizada e subordinada, e, juntamente à Polícia Civil, subordinadas aos governadores dos estados.

Conforme Lucilio Linhares Perdigão de Moraes As polícias, e seus policiais, lidam com a os rechaçados do sistema social (CRUZ, 2005), aqueles que os normais (GOFFMAN, 1975) esperam que sejam mantidos pelo Estado fora de seu contato. O policial é o responsável pela manutenção da paz social, nem que para isto tenha que usar da força. Ser policial é, sobretudo, manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela, uma vez que o serviço, dada a sua condição e o fato de ser imprescindível, carece de determinadas representações (GOFFMAN, 1985) para que possa ser executado. Espera-se que o indivíduo que lida com estas funções se trate de um verdadeiro super homem (SOARES; MUSUMECI, 2005), um guerreiro bravo, com força física e aptidão para o risco.

Desta feita, a valorização do profissional de segurança pública passa pela manutenção da autopercepção de saúde e saúde efetiva, seja na prevenção em saúde, que descomprime a atuação do sistema de saúde público, seja na correção.

Neste diapasão se apresenta necessária a atenção total de saúde e biopsicossocial do profissional de saúde por meio de atendimento facilitado a prevenção e correção de sua saúde física e mental.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

De arranque é necessário deixar claro que o FESP destinou recursos para a reestruturação dos setores de Fisioterapia e Oftalmologia do HPM/PI, entretanto não se trata de duplo financiamento do mesmo projeto.

A intenção do presente é não só oferecer serviços ambulatoriais e hospitalares em um local único, mas sim um atendimento capilarizado no interior do estado, em cidades polo em uma primeira fase e independente da rede existente no HPM.

Em um mapeamento, verificou-se que existem uma série de hospitais escolas que possuem equipamentos e equipe de atendimento dispostas a atenderem os profissionais de segurança pública (serviço já existente para a comunidade em geral) por um custo baixo, já que estas instituições não se prestam a exercer atividades com fins lucrativos. Os serviços são de fisioterapia, tais como fisioterapia em piscina aquecida e com acessibilidade para cadeirante (com rampa de acesso), de odontologia em suas diversas especialidades, de consultas de psiquiatras, de procedimentos ortopédicos ambulatoriais, de atendimento psicológico, dentre outros voltados a saúde físico mental.

Some-se a recente auditoria do TCE/PI, que diagnosticou a necessidade de uma ampla rede de atenção em saúde biopsicossocial ao profissional de segurança pública, entendendo que a rede estadual de saúde se revela inadequada e morosa no atendimento, cria-se alternativas ambulatoriais ao profissional.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 1 – Saúde e Valorização do(a) profissional de segurança pública e defesa social, Projeto 1 – acesso e manutenção à saúde e Projeto 2 - Estruturação da Carreira dos Profissionais de Segurança Pública

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

O atendimento do profissional de segurança pública é deficitário no Estado do Piauí, se possui apenas um hospital “especializado” e unicamente para a Polícia Militar, soma-se à rede do Convênio estadual de Saúde PLAMTA (Plano Médico de Tratamento e Assistência) dos servidores em geral enfrenta grandes dificuldades estruturais, especialmente em decorrência de deficiência financeira, o que gera desestruturação tecnológica e incompatibilidade com a demanda de consumidores. A evolução da medicina unida ao encarecimento dos materiais, além da inadimplência dos associados, torna difícil a manutenção do Plano em proveito adequadamente satisfatório do consumidor. Desta forma uma alternativa a já saturadas redes estadual se torna imprescindível para que o profissional de segurança mantenha sua saúde físico mental de forma adequada e consistente.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

Será aberto um credenciamento público de entidades sem fins lucrativos que prestam serviços de atenção biopsicossocial e não tenham fins lucrativos, intentando-se abranger a maior quantidade de regiões do Estado do Piauí. Após o credenciamento o operador de segurança pública poderá requisitar guias de atendimento para consultas dentre as especialidades contratadas, podendo posteriormente se dirigir às instituições credenciadas e estas realizarão os atendimentos e emitirão relatório mensal de utilização dos serviços.

A estratégia de atuação, dessa forma, propõe uma expansão gradual da estrutura de atenção à saúde do servidor.

Impactos esperados:

- aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- integração sistêmica das unidades de saúde das instituições de segurança pública, na mesma base territorial;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;

- do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
- dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
- da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Com ampliação da rede de atendimento médico de atenção à saúde física mental do profissional de segurança pública do Piauí, espera-se permitir um aumento da cobertura nos atendimentos em áreas como: fisioterapia, psicologia, ortopedia, odontologia e psiquiatria. Permitindo assim, maior capilaridade para os atendimentos descentralizados, facilitando o acesso aos serviços de consultas e diagnósticos a todos os profissionais de segurança pública do Estado.

Formas de mensuração:

Relatório do número de profissionais atendidos em cada instituição credenciada, separados pela especialidades dos atendimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: ATENÇÃO A SAÚDE	
AÇÃO 3 (META1): Consultas de Saúde em instituição Credenciada - CB PI VALOR DA AÇÃO 3: R\$ 912.696,27	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	Corpo de Bombeiros Militar do Piauí
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: Custeio: R\$ 912.696,27
Metas Específicas	Contratação de serviços nas área de: - Psicologia - Psiquiatria - Fisioterapia - Odontologia - Ortopedia
Indicadores	Número de consultas realizadas x números de guias emitidas.
Resultados Esperados	Aumentar a cobertura dos atendimentos dos profissionais de segurança pública nas áreas de fisioterapia, psicologia, ortopedia, odontologia e psiquiatria.
Formas de Mensuração	Relatório do número de profissionais atendidos em cada instituição credenciada, separados pela especialidades dos atendimentos.

					Relatório do número de guias emitidas, por especialidades dos atendimentos.
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Serviço
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento
2º Semestre de 2023					
Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento	Atendimentos / Relatório Mensal para pagamento /Prestação de Contas

5.4 - AÇÃO 1 (META2): Reequipagem da ACADEPOL/PI (Academia de Polícia Civil do Estado do Piauí), por meio da aquisição de ares-condicionados e mobiliários - VALOR DA AÇÃO 1 R\$ 1.369.044,405

Contextualização do problema:

O ensino policial em academias de polícia é dinâmico e contemporâneo, ou seja, está sempre em constante evolução, acompanhando o que a sociedade (que vive um processo de transformação) entende como a polícia que ela quer (amiga, ética, justa, transparente, preparada, proativa); promovendo as necessárias adaptações que advêm das mudanças impostas por um mundo globalizado (polícia com atuação internacional, atenta às investidas do crime organizado transnacional, ao terrorismo e às convenções internacionais); aperfeiçoando a metodologia e técnicas tático-operacionais.

Incumbe às diretorias de gestão de pessoal e às academias de polícia o papel de promover a modernização da matriz curricular e do conteúdo das disciplinas ministradas, sejam elas de conteúdo prático, operacional ou teórico, em ambiente virtual ou presencial, em forma de aula expositiva ou oficinas.

Sem descuidar das técnicas indispensáveis para atuação do policial na rua, como as de armamento e tiro, defesa pessoal, direção operacional, radiocomunicação, abordagem, orientação e navegação terrestre, as polícias devem estar atenta às exigências de um mundo técnico-informacional que caminha para a era pós-digital, da importância de um parque tecnológico avançado e de sistemas eletrônicos mais seguros e versáteis, sobre os quais os novos policiais já recebem instruções iniciais no primeiro curso de entrada no órgão.

Doutro giro é de fundamental importância o estudo das ciências policiais e do fomento às pesquisas em academias de polícias. Conforme leciona Paula Poncioni (2005)¹, doutora em Sociologia:

"(...) Destaca-se a importância da formação profissional básica realizada nas academias de polícia para a construção da identidade profissional, fundamentalmente, como uma etapa que faz considerável diferença para a vida profissional do policial, não apenas dada a importância da experiência de formação do membro na aquisição formal dos valores e normas próprias da profissão e das competências e das habilidades para o campo de trabalho, mas também na aquisição dos valores e crenças acerca da profissão, consubstanciados em uma base de conhecimento e de cultura comum sobre o que é ser policial em um determinado modelo de polícia profissional".

Em 2014, a Secretaria Nacional de Justiça lançou a matriz curricular nacional (MCN) como referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas inicial e continuada dos profissionais da área de segurança pública: Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

A matriz, concebida como ferramenta de gestão educacional e pedagógica, traz diretrizes que "estimulam o raciocínio estratégico-político e didático-educacional necessários à reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas na área de segurança pública" (MCN, p. 11) e tem entre seus princípios os éticos (compatibilidade entre direitos humanos e eficiência policial, compreensão e valorização das diferenças), os educacionais (flexibilidade, diversificação e transformação; abrangência e capilaridade; qualidade e atualização permanente; articulação, continuidade e regularidade) e os didático-pedagógicos (valorização do conhecimento anterior; universalidade; interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes).

A MCN, com os conteúdos transversais de segurança pública e de problemáticas sociais, é baseada em eixos articuladores, assim considerados pela Senasp:

"Na medida em que conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de segurança pública. Têm um caráter orientado para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se às finalidades gerais das ações formativas, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político em que elas se dão. (...) São eles: - Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública; - Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública; - Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; - Diversidade Étnico e sociocultural, Conflitos e Segurança Pública" (p. 41).

Tânia Aparecida Pires² (2008, p. 69) analisa a atual política nacional voltada à formação dos policiais e atesta que ela:

¹ PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. Sociedade e estado. Vol. 20, nº.3. Brasília, set./dec. 2005

² PIRES, Tânia Aparecida Porfírio de Souza. O Ensino Policial Civil: O caso da Academia de Polícia Civil de Goiás. Dissertação. Universidade Católica de Goiás, 98 p. 2008.

"(...) Postula a formação em reconstrução, baseada num paradigma que a concebe o ensino como um processo complexo e contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, cuja pretensão é a preparação destes profissionais. Esta preparação pauta-se no próprio desenvolvimento profissional e no cumprimento das determinações da área em que atuam, tornando-os competentes, compromissados e responsáveis por aquilo que está no campo de ação de seu poder e com a melhoria do bem público e das instituições políticas".

A preocupação com a formação policial inicial e continuada voltada para a sociedade (polícia comunitária ou de segurança cidadã), orientada para a solução de problemas, ética, cidadã e respeitadora de direitos humanos está presente em todo o contexto americano.

Há várias ações, na seara do ensino policial internacional, que buscam o nivelamento de uma matriz curricular para as forças policiais.

Neste esteio é de extrema importância que para prestar o ensino continuado almejado, as Academias de Polícia tenham estrutura mínima adequada para receber com conforto o profissional de segurança.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Pelo acima exposto, considerando que a Academia de Polícia desta instituição não recebeu nos últimos 5 (cinco) anos investimento significativo em sua estrutura, perfazendo de condições inadequadas para receber, com o devido conforto, seu público-alvo.

Ainda, se alie ao fato que recente inspeção do MP/PI detectou que não houve investimento significativo em estruturas das forças policiais nos últimos anos, desta forma a reequipagem básica deste é necessária para dar condições mínimas de desempenho das atividades de segurança pública.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 1 – Saúde e Valorização do(a) profissional de segurança pública e defesa social, Projeto 1 – acesso e manutenção à saúde e Projeto 2 - Estruturação da Carreira dos Profissionais de Segurança Pública

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente os mobiliários e os equipamentos de ar-condicionado se encontram parados por estarem inutilizáveis ou necessitando de manutenções que desprenderia de um montante elevado de recursos financeiros. Neste sentido, após realizada um análise de custo-benefício, se optou para aquisição de bens, no caso dos ares-condicionados, estes equipamentos mais modernos possibilitaria maior economia de energia, já em relação aos mobiliários existe a necessidade de inserção de novos mobiliários e substituição de mobiliários inservíveis.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará a ACADEPOL localizada na região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

A reequipagem do centro de ensino se dará por meio da aquisição de ares-condicionados e mobiliários para que a unidade possa ter melhor ambiente laboral para professores e alunos integrantes das forças de segurança.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Com a reequipagem da instituição de ensino da força de segurança espera-se a melhoria das condições das salas de aula e demais dependências, possibilitando a ampliação na oferta de cursos para treinamentos e aperfeiçoamentos dos profissionais de segurança.

Formas de mensuração:

Relatórios fotográficos dos bens patrimoniados e instalados no centro de ensino.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: ATENÇÃO A SAÚDE	
AÇÃO 1 (META2): Reequipagem da ACADEPOL/PI (Academia de Polícia Civil do Estado do Piauí), por meio da aquisição de ares-condicionados e mobiliários - VALOR DA AÇÃO 1 R\$ 1.369.044,405	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	Polícia Civil do Estado do Piauí
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: 1.369.044,405
	Custeio: 0

Metas Específicas		Meta específica 1: Aquisição de ares-condicionados			
		Meta específica 2: Aquisição de mobiliários			
Indicadores		Número de ares-condicionados e mobiliários entregues e patrimoniados para ACADEPOL			
		Números de alunos matriculados e concluintes dos cursos realizados na ACADEPOL			
Resultados Esperados		Melhoria das condições das salas de aula e demais dependências, possibilitando a ampliação na oferta de cursos para treinamentos e aperfeiçoamentos dos profissionais de segurança.			
Formas de Mensuração		Relatórios fotográficos dos bens patrimoniados e instalados no centro de ensino.			
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Serviço
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Realização da Intervenção	Medição e Pagamento	Realização da Intervenção	Medição e Pagamento	Realização da Intervenção	Medição e Pagamento
2º Semestre de 2023					
Recebimento Provisório	Recebimento definitivo				

5.5 - AÇÃO 1 (META2): Reequipagem do CEP/PI (Centro de Educação e Pesquisa PM PI), por meio da aquisição de ares-condicionados e mobiliários - VALOR DA AÇÃO 1 R\$ 1.369.044,405

Contextualização do problema:

O ensino policial em academias de polícia é dinâmico e contemporâneo, ou seja, está sempre em constante evolução, acompanhando o que a sociedade (que vive um processo de transformação) entende como a polícia que ela quer (amiga, ética, justa, transparente, preparada, proativa); promovendo as necessárias adaptações que advêm das mudanças impostas por um mundo globalizado (polícia com atuação internacional, atenta às investidas do crime organizado transnacional, ao terrorismo e às convenções internacionais); aperfeiçoando a metodologia e técnicas tático-operacionais.

Incumbe às diretorias de gestão de pessoal e às academias de polícia o papel de promover a modernização da matriz curricular e do conteúdo das disciplinas ministradas, sejam elas de conteúdo prático, operacional ou teórico, em ambiente virtual ou presencial, em forma de aula expositiva ou oficinas.

Sem descuidar das técnicas indispensáveis para atuação do policial na rua, como as de armamento e tiro, defesa pessoal, direção operacional, radiocomunicação, abordagem, orientação e navegação terrestre, as polícias devem estar atenta às exigências de um mundo técnico-informacional que caminha para a era pós-digital, da importância de um parque tecnológico avançado e de sistemas eletrônicos mais seguros e versáteis, sobre os quais os novos policiais já recebem instruções iniciais no primeiro curso de entrada no órgão.

Doutro giro é de fundamental importância o estudo das ciências policiais e do fomento às pesquisas em academias de polícias. Conforme leciona Paula Poncioni (2005)³, doutora em Sociologia:

"(...) Destaca-se a importância da formação profissional básica realizada nas academias de polícia para a construção da identidade profissional, fundamentalmente, como uma etapa que faz considerável diferença para a vida profissional do policial, não apenas dada a importância da experiência de formação do membro na aquisição formal dos valores e normas próprias da profissão e das competências e das habilidades para o campo de trabalho, mas também na aquisição dos valores e crenças acerca da profissão, consubstanciados em uma base de conhecimento e de cultura comum sobre o que é ser policial em um determinado modelo de polícia profissional".

Em 2014, a Secretaria Nacional de Justiça lançou a matriz curricular nacional (MCN) como referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas inicial e continuada dos profissionais da área de segurança pública: Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

A matriz, concebida como ferramenta de gestão educacional e pedagógica, traz diretrizes que "estimulam o raciocínio estratégico-político e didático-educacional necessários à reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas na área de segurança pública" (MCN, p. 11) e tem entre seus princípios os éticos (compatibilidade entre direitos humanos e eficiência policial, compreensão e valorização das diferenças), os educacionais (flexibilidade, diversificação e transformação; abrangência e capilaridade; qualidade e atualização permanente; articulação, continuidade e regularidade) e os didático-pedagógicos (valorização do conhecimento anterior; universalidade; interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes).

A MCN, com conteúdo transversais de segurança pública e de problemáticas sociais, é baseada em eixos articuladores, assim considerados pela Senasp:

"Na medida em que conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de segurança pública. Têm um caráter orientado para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se às finalidades gerais das ações formativas, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político em que elas se dão. (...) São eles: - Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública; - Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública; -

³ PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. Sociedade e estado. Vol. 20, nº.3. Brasília, set./dec. 2005

Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; - Diversidade Étnico e sociocultural, Conflitos e Segurança Pública" (p. 41).

Tânia Aparecida Pires⁴ (2008, p. 69) analisa a atual política nacional voltada à formação dos policiais e atesta que ela:

"(...) Postula a formação em reconstrução, baseada num paradigma que a concebe o ensino como um processo complexo e contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, cuja pretensão é a preparação destes profissionais. Esta preparação pauta-se no próprio desenvolvimento profissional e no cumprimento das determinações da área em que atuam, tornando-os competentes, compromissados e responsáveis por aquilo que está no campo de ação de seu poder e com a melhoria do bem público e das instituições políticas".

A preocupação com a formação policial inicial e continuada voltada para a sociedade (polícia comunitária ou de segurança cidadã), orientada para a solução de problemas, ética, cidadã e respeitadora de direitos humanos está presente em todo o contexto americano.

Há várias ações, na seara do ensino policial internacional, que buscam o nivelamento de uma matriz curricular para as forças policiais.

Neste esteio é de extrema importância que para prestar o ensino continuado almejado, as Academias de Polícia tenham estrutura mínima adequada para receber com conforto o profissional de segurança.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

Pelo acima exposto, considerando que a Academia de Polícia desta instituição não recebeu nos últimos 5 (cinco) anos investimento significativo em sua estrutura, perfazendo de condições inadequadas para receber, com o devido conforto, seu público-alvo.

Ainda, se alie ao fato que recente inspeção do MP/PI detectou que não houve investimento significativo em estruturas das forças policiais nos últimos anos, desta forma a reequipagem básica deste é necessária para dar condições mínimas de desempenho das atividades de segurança pública.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

O alinhamento da política com o Plano Estadual de Segurança encontra-se na Linha de Ação 1 – Saúde e Valorização do(a) profissional de segurança pública e defesa social, Projeto 1 – acesso e manutenção à saúde e Projeto 2 - Estruturação da Carreira dos Profissionais de Segurança Pública

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

Atualmente os mobiliários e os equipamentos de ar-condicionado se encontram parados por estarem inutilizáveis ou necessitando de manutenções que desprenderia de um montante elevado de recursos financeiros. Neste sentido, após realizada um análise de custo-benefício, se optou para aquisição de

⁴ PIRES, Tânia Aparecida Porfírio de Souza. O Ensino Policial Civil: O caso da Academia de Polícia Civil de Goiás. Dissertação. Universidade Católica de Goiás, 98 p. 2008.

bens, no caso dos ares-condicionados, estes equipamentos mais modernos possibilitaria maior economia de energia, já em relação aos mobiliários existe a necessidade de inserção de novos mobiliários e substituição de mobiliários inservíveis.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará a Centro de Educação e Pesquisa da PM, localizada na região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

A reequipagem do centro de ensino se dará por meio da aquisição de ares-condicionados e mobiliários para que a unidade possa ter melhor ambiente laboral para professores e alunos integrantes das forças de segurança.

Impactos esperados:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Resultados Esperados:

Com a reequipagem da instituição de ensino da força de segurança espera-se a melhoria das condições das salas de aula e demais dependências, possibilitando a ampliação na oferta de cursos para treinamentos e aperfeiçoamentos dos profissionais de segurança.

Formas de mensuração:

Relatórios fotográficos dos bens patrimoniados e instalados no centro de ensino.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

META GERAL 1: ATENÇÃO A SAÚDE					
AÇÃO 2 (META2): Reequipagem do CEP/PI (Centro de Educação e Pesquisa PM PI), por meio da aquisição de ares-condicionados e mobiliários - VALOR DA AÇÃO 1 R\$ 1.369.044,405					
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:			Polícia Militar do Estado do Piauí		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			Investimento: 1.369.044,405		
			Custeio: 0		
Metas Específicas			Meta específica 1: Aquisição de ares-condicionados		
			Meta específica 2: Aquisição de mobiliários		
Indicadores			Número de ares-condicionados e mobiliários entregues e patrimoniados para CEP/PI		
			Números de alunos matriculados e concluintes dos cursos realizados na CEP/PI		
Resultados Esperados			Melhoria das condições das salas de aula e demais dependências, possibilitando a ampliação na oferta de cursos para treinamentos e aperfeiçoamentos dos profissionais de segurança.		
Formas de Mensuração			Relatórios fotográficos dos bens patrimoniados e instalados no centro de ensino.		
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
2º Semestre de 2022					
Elaboração de termos de Referência	Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação	Licitação e publicação	Recursos e Adjudicações	Assinatura de Contratos	Expedição de Ordem de Serviço
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA- PREVISÃO DE EXECUÇÃO PARA O ANO DE 2022					
1º Semestre de 2023					
Realização da Intervenção	Medição e Pagamento	Realização da Intervenção	Medição e Pagamento	Realização da Intervenção	Medição e Pagamento
2º Semestre de 2023					
Recebimento Provisório	Recebimento definitivo				

6 - OBJETIVOS: CONFORME A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - PNSPDS - ART. 4º PORTARIA 483/2021:

II - aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

III - integração sistêmica das unidades de saúde das instituições de segurança pública, na mesma base territorial;

7. IMPACTOS ESPERADOS: ART. 7º PORTARIA 483/2021:

- Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;
- integração sistêmica das unidades de saúde das instituições de segurança pública, na mesma base territorial;
- Redução:
 - dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - da vitimização dos profissionais de segurança pública;
 - do índice de suicídio de profissionais de segurança pública;
 - do absenteísmo causado por doenças ocupacionais;
 - dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e
 - da impunidade;
- Melhoria da:
 - qualidade de vida dos indivíduos, com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e
 - Incremento da percepção subjetiva de segurança.

8 - Assinatura:

Teresina, PI 16 de fevereiro de 2022